

DISCURSO DE POSSE DA DESEMBARGADORA HAYDEVALDA APARECIDA SAMPAIO, OCORRIDO NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 1999.

Existem privilégios que acontecem na vida de poucas pessoas. Considero-me uma pessoa privilegiada, não só pela família a que pertencço, como também pelos amigos e pela carreira que abracei. Recebo a promoção a Desembargadora deste Egrégio Tribunal, envaidecida e cônica da minha responsabilidade, com coragem e serenidade, ciente da árdua tarefa, prometendo tudo fazer para honrar o nome desta Corte e de seus membros, preservando suas tradições.

Sejam as minhas primeiras palavras, de agradecimento a Deus, Criador do Universo, que em seus desígnios insondáveis, sempre me protegeu e guiou, permitindo a minha ascensão a este elevado cargo, mediante aprovação do meu nome, por merecimento, pelos eminentes integrantes deste Colegiado.

De igual forma, agradeço as palavras elogiosas, dedicadas à minha pessoa por parte do eminente Desembargador Sérgio Bittencourt em nome da Corte, sempre cavalheiresco, resultantes de uma longa amizade. Partindo de uma pessoa de inegáveis méritos, me ensoberbecem e estimulam ao exercício de minhas atividades de magistrado.

Sabedora da minha responsabilidade ao ocupar a vaga deixada pela eminente Desembargadora Nancy Andrichi, hoje Ministra do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, dentro da minha limitação intelectual, prometo tudo fazer para corresponder à estima dos colegas e amigos, ao incentivo demonstrado, de maneira fraterna e esfuizante pelos meus colegas juizes do primeiro grau, que bem conhecem as dificuldades enfrentadas pela Magistratura, tentando sempre acertar.

O Direito acompanha *pari passu* a história do homem. E, quando se fala em Direito, a primeira noção que surge é de um conjunto de normas. Para o homem moderno o direito corresponde à lei. O Direito traça normas de comportamento, visando atingir a perfeição e como tal traz em si o sentimento de justiça.

Inicialmente, servir à justiça, era servir a Deus, tendo o homem procurado se aproximar da divindade, imitando seu modo de ser. Posteriormente, o direito passou a procurar no próprio homem, as razões de sua gênese.

Como assinala Miguel Reale, na Filosofia do Direito, citando Aristóteles, a justiça “é uma virtude completa, não de modo absoluto, mas nas relações com seus semelhantes, apresentando-se como a mais importante de todas; nem a estrela matutina ou estrela d’alva é tão maravilhosa. Possuí-la é poder ser virtuoso, não apenas em si mesmo, mas com relação

aos outros. Por esse motivo, é ela, dentre todas as virtudes, a única que se reduz ao bem de outrem: a virtude, enquanto relação para com outrem, é justiça, e naquela relação consiste sua essência”.

Para Santo Tomás, a justiça pressupõe sempre a presença de outrem, devendo haver uma proporção entre um e outro homem. Ensina que a verdade se enlaça com a justiça, sendo até mesmo uma *pars justitiae*.

Para decidir o Juiz segue sua consciência, sendo evidente que as decisões estão sempre impregnadas da ideologia do julgador, alguns mais conservadores, outros mais liberais. Mas não é só isso, as circunstâncias e o próprio fato em si, determinam o julgamento, prevalecendo sempre a imparcialidade e a intenção de não prejudicar a ninguém.

O momento, como é do conhecimento de todos, é de apreensão e incertezas.

O Poder Judiciário está sendo alvo de críticas e comentários falsos e infundados. Não se procura e não se quer a verdade. Esquece-se que o Magistrado, diuturnamente, está no exercício de sua profissão, de seu mister. Insuficientes são as horas em que passa em seu Gabinete, nas salas de sessões ou de audiências, não conseguindo dar vazão às demandas que afloram em consequências dos problemas econômicos e sociais. É necessário, de modo constante, sacrificar as horas de lazer em prol do trabalho árduo e extenuante, colocando-se em segundo plano a própria família e os amigos, em prol do dever e do idealismo, porque fez da Magistratura um sacerdócio e os interesses dos jurisdicionados suplantam os interesses pessoais.

O Judiciário tem que continuar forte e altaneiro, ciente e consciente de sua independência, imune às críticas e comentários maldosos e maliciosos, com fins premeditados. É necessário, todavia, que esclareça e reafirme, nos termos da Constituição Federal, que não existe poder mais aquinhoado do que outro. Todos são imprescindíveis em um regime democrático.

Cada dia se torna mais necessário que as Associações de Magistrados e os Tribunais discutam com a sociedade o verdadeiro papel do Judiciário. O Juiz não pode continuar falando apenas nos autos. Deve dialogar e discutir com a sociedade seus problemas, mostrando como funciona o Poder Judiciário, quais são os direitos dos cidadãos. Este diálogo deve ser mantido também com a mídia. Tem que se tornar conhecido, para que as pessoas dele se aproximem e não o temam. A sociedade, apesar de mal esclarecida através de informações contraditórias, ainda crê na imparcialidade da Justiça.

A transformação do Judiciário é preconizada há anos, visando resolver os problemas que angustiam a Justiça. Merecem destaque, neste sentido, os Juizados Especiais,

notadamente o Volante, implantados no Distrito Federal, em sua grande maioria, pela atual administração desse Colendo Tribunal, que aproximam a Justiça do povo.

Mesmo assim, a justiça continua morosa e é de forma acintosa acusada e vilipendiada. O que fazer? A responsabilidade não pode cair sobre nossos juizes, dignos, honestos, trabalhadores, dedicados e sacrificados. A questão não será resolvida só com a criação de novas Varas. Impõe-se a reforma das leis, para que se deixe de lado a morosidade e a lentidão, para que aperfeiçoe a prestação jurisdicional. A agilização seja possível, mudando procedimentos, suprimindo fases processuais desnecessárias, evitando a repetição de atos, enfim, deixando de lado o formalismo excessivo das leis processuais, simplificando-as e racionalizando-as. Mas não é só isso. É preciso ampliar e fortalecer o Poder Judiciário. É necessário que o Magistrado fique livre de preocupações de caráter econômico, não só como garantia de sua independência, como também para poder trabalhar com tranqüilidade, sem inquietações, mormente por não ter como aumentar sua renda, tendo em vista as limitações constitucionais, imprescindíveis como garantia de sua independência e imparcialidade. Infelizmente, este aspecto a ninguém interessa e não é divulgado.

O Judiciário realmente tem pecado pelo seu alheamento. Não tem exigido que os outros Poderes reconheçam o seu papel constitucional e sua autonomia, o que o leva ao descrédito perante a sociedade e a própria sociedade, ávida de justiça, exige mudanças nesta situação. Necessário que se imponha para que se dê crédito à Magistratura. Reafirmo, há que se exigir o reconhecimento da independência entre os poderes e reavivar a fé na Justiça.

Ao empossar-me neste Tribunal, embora incontida a alegria, lamento a ausência do meu pai, Osvaldo, homem íntegro, severo, trabalhador, estudioso, do qual herdei o amor pelos estudos, a coragem e o caráter. Embora sua falta date de dez anos, sua ausência ainda hoje se faz sentir.

A saudade se faz sentir, de igual forma, ante a ausência de minha mãe, que nos deixou apenas há seis meses. Almejava ela estar presente no momento em que eu calcasse tão elevado cargo, mas Deus assim não o quis. Dona Haydéé, extrovertida, comunicativa e alegre, sempre procurava me proteger, com sua coragem e força, esquecendo-se que a filha há muito tempo deixou de ser criança. Onde quer que ela se encontre, deve estar compartilhando desta solenidade e da minha alegria.

É reconfortante, todavia, a presença do Osvaldo Sampaio Netto, médico responsável, meu sobrinho e filho do coração, como sempre costume dizer, a quem me sinto unida não só pelos laços do parentesco, mas pela amizade e compreensão. Ele é a pessoa mais próxima, na alegria e na tristeza, a quem posso confidenciar meus problemas, ouvinte atento, sempre tem

uma palavra sensata e, acima de tudo, excessivamente compreensiva. Na sua aparência séria, oculta-se uma grande sensibilidade e apego à família, conhecidos e reconhecidos pelos amigos mais íntimos.

Ao seu lado, encontra-se sua esposa, Parizza, também médica dedicada, pessoa doce e meiga, a que me encontro ligada não só pelo parentesco, mas também pela amizade, pela compreensão, pela amor e carinho que dedicou à minha mãe até o último minuto.

Presto minha homenagem aos dignos funcionários da 4ª Vara Cível de Brasília, que me acompanharam de forma solícita e dedicada, por mais de oito anos, bem como a todos os outros servidores deste Egrégio Tribunal, que comigo conviveram e colaboraram fraternalmente.

Reconfortante, ainda, é a presença de outros familiares e dos amigos, que deixo de nominar para não cometer omissões.

Agradeço a presença de todos que aqui compareceram e abrilhantaram este evento.

Muito obrigada.